

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

M A R A N H ã O



SEPLAN
SEDIHPOP

O QUE É ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ?

O Orçamento Participativo é uma tecnologia social genuinamente brasileira.

Enquanto uma modalidade de orçamento público, pode ser entendido como uma forma de gestão democrática das demandas da sociedade que, a partir de um marco legal, é realizada periodicamente pelo poder público.

Além disso, é um processo democrático direto, voluntário e universal, onde as pessoas podem discutir e decidir sobre orçamentos e políticas públicas. A participação do cidadão não se limita ao ato de votar, para eleger o poder executivo ou legislativo, mas envolve também as prioridades para os gastos públicos e o controle da administração do governo.



BREVE HISTÓRICO DO OP

BRASIL



- OP tem início em 1989, na cidade de Porto Alegre/RS.
- três grandes fases do OP no Brasil:
- Primeira (1989-1997): experimentação num pequeno número de cidades;
- Segunda (1997-2000): marcada pela consolidação no Brasil, em que mais de 130 cidades adotaram o orçamento participativo;
- Terceira (2000 em diante) pela expansão e diversificação fora do Brasil, com expansão para os cinco continentes.

MARANHÃO



- No Maranhão tivemos algumas experiências municipais em Viana, Alcântara e São Luís mas não tiveram continuidade.
- A partir de 2015 houve a implementação do Orçamento Participativo a nível estadual, se estendendo até os dias atuais. Uma das características marcantes dessa experiência é a participação popular nos três instrumentos de planejamento: PPPA, LDO e LOA.
- Em 2024 o OP fará dez anos de execução. É uma das experiências estaduais com maior duração no nordeste e no Brasil (ao final do 3º Ciclo serão 12 anos).



CICLOS DO OP NO ESTADO

1º CICLO

2015 A 2018

- Implementação do OP: 15 escutas territoriais, votação e devolutiva;
- Recorte utilizado: MDA;
- Elaboração do PPA Participativo e priorização de demandas;
- Decreto Estadual nº 31.519/2016 – cria a Comissão Permanente do Orçamento Participativo;
- Votação: online no Participa MA, em cédulas e por aplicativo;
- Participação Popular nas três peças orçamentárias: PPA, LDO e LOA.
- Total de participações no OP:
- **94.689**

2º CICLO

2019 A 2022

- Realização de 35 audiências públicas, utilizado recorte do IMESC - 22 regiões de desenvolvimento;
- Elaboração do PPA Participativo e priorização de demandas;
- Votação online em página exclusiva do OP;
- Atendente virtual (Jussara);
- Na Pandemia do Covid-19 foram feitas consultas públicas online (2020 e 2021);
- Participação Popular nas três peças orçamentárias: PPA, LDO e LOA.
- Total de participações no OP:
- **91.112**

3º CICLO

2023 A 2027

- Realização de 32 audiências públicas, utilizado o recorte da SEPLAN (32 regiões de planejamento);
- Elaboração do PPA Participativo e priorização de demandas;
- Participação Popular nas três peças orçamentárias: PPA, LDO e LOA. Total de participações no OP:
- **30.373**



REGIÃO TOCANTINS

MUNICÍPIOS

Amarante do Maranhão, Buritirana,
Davinópolis, Governador Edison Lobão,
Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos,
Ribamar Fiquene, Senador La Rocque.



DEVOLUTIVA

Mais de 290 obras do OP já entregues em todo o Estado, com destaque para:

37 na área da Assistência Social (Centros de Referência de Atenção à Pessoa Idosa, da Juventude, da Criança e do Adolescente, núcleos ecológicos da Defensoria Pública etc).

33 na área do Saneamento (poços tubulares, rede e reservatório, adutoras, kits sanitários, ampliação e melhoria de sistema de abastecimento de água e esgoto sanitário etc);

44 na área da Saúde (santa casa, hospitais, policlínicas, centros de hemodiálise, novos leitos de UTI, unidade especial de tratamento de queimados etc);

139 na área da Educação (construção, reforma e ampliação de escolas, com bibliotecas, quadras esportivas, laboratórios pedagógicos e tecnológicos, escolas quilombolas, indígenas e do campo, novos centros universitários da UEMA e institutos do IEMA etc);

Outras áreas/políticas públicas contempladas com obras e serviços do OP: agricultura, cultura, formação de agentes públicos, segurança, trabalho e renda, qualificação profissional, regularização fundiária, meio ambiente, política para mulheres, infraestrutura.

DEVOLUTIVA - REGIÃO TOCANTINS - SANEAMENTO e CULTURA -



Entrega de Sistema de
Abastecimento - Imperatriz



Foto: Jhonata Connection

Beira Rio - Imperatriz



DEVOLUTIVA - REGIÃO TOCANTINS - EDUCAÇÃO -



CE Amaral Raposo -
Imperatriz



CE Manoel Bezerra de Oliveira
– Ribamar Fiquene



DEVOLUTIVA - REGIÃO TOCANTINS - ASSISTÊNCIA SOCIAL -



Econúcleo da DPE em
Amarante do Maranhão



Econúcleo da DPE em
João Lisboa



DEVOLUTIVA - REGIÃO TOCANTINS - SAÚDE -

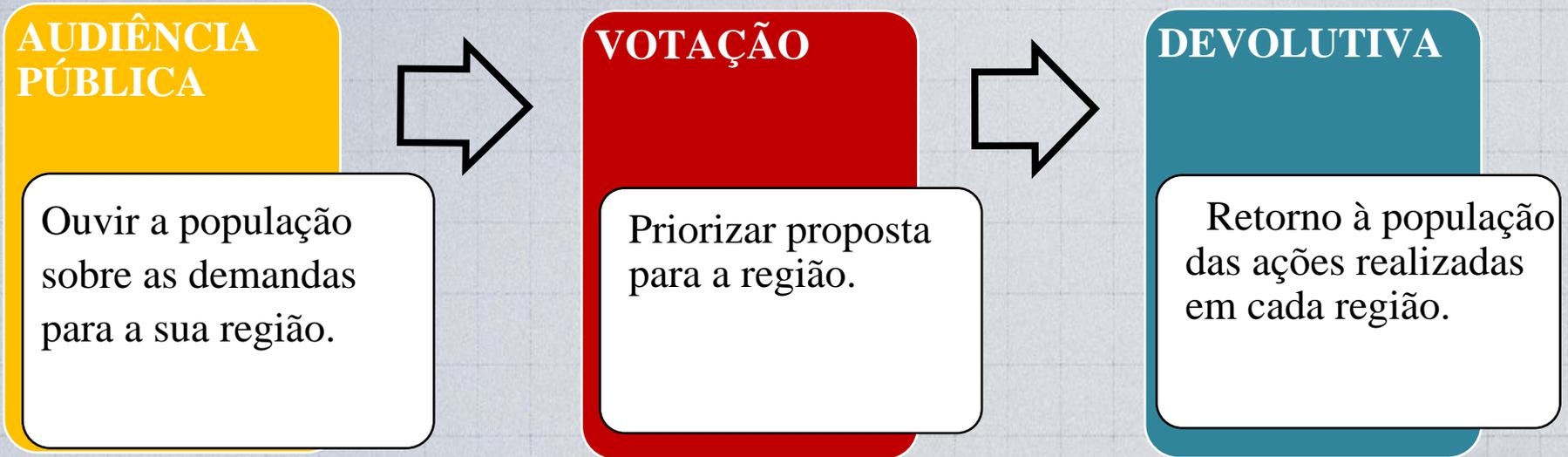


Hospital de Buritirana –
obra em andamento



METODOLOGIA DO OP

O OP ocorre em três etapas:



METODOLOGIA DAS AUDIÊNCIAS DO OP 2024

1

- as 09 (nove) propostas oriundas do PPA 2024 - 2027 serão apresentadas e lidas;
- Cada proposta pode ser defendida por uma pessoa em até 3 minutos;
- O plenário pode escolher até 04 propostas;
- O credenciamento (crachá) habilita a escolha da proposta;

2

- Cada pessoa terá direito de votar em apenas uma proposta;
- A contagem dos votos será pelo somatório dos crachás entregues à mesa de apuração;
- A mesa fará a contagem dos votos e as propostas mais votadas em ordem decrescentes serão apresentadas ao plenário;
- Em caso de empate os crachás serão devolvidos e será realizada nova votação (a que atingir um voto além da sua concorrente vencerá a disputa);
- Após a defesa das propostas, caso apenas 04 propostas sejam defendidas na plenária, a coordenação pode sugerir que haja consenso na escolha destas propostas;

3

- Ao final do processo de votação serão apresentadas as propostas escolhidas para serem aclamadas pela plenária, esse será o resultado da audiência;
- Após a audiência essas propostas irão para a plataforma Participa MA para serem priorizadas pela população da região.

REGIÃO TOCANTINS

Propostas do PPA Participativo 2024 – 2027

1. Fortalecer e ampliar a infraestrutura, conectividade, pesquisa, formação continuada presencial e a distância para os profissionais da educação, contemplando todas as modalidades de ensino das redes estadual e municipal, no intuito de melhorar os indicadores educacionais que contemplem a diversidade de gênero, povos originários, comunidades tradicionais e quilombolas, ribeirinhos, ciganos, LGBTQIAPN+ e camponeses;
2. Fortalecer as instituições protetivas, como as defensorias públicas, e construir políticas intersetoriais que promovam a garantia de direitos humanos fundamentais, a inclusão social e a mobilidade econômica das pessoas em situação de vulnerabilidade, sobretudo mulheres, pessoas negras, pessoas LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, povos originários, comunidades tradicionais e população rural;



3. Desenvolver e promover descentralização dos serviços da administração pública do Estado criando estrutura para procedimentos administrativos da Secretaria do Estado para atendimento na região (hoje concentrado em São Luís);

4. Fortalecer a produção da agricultura familiar e a pesca e aquicultura artesanal através de ações de capacitação, da facilitação do acesso ao crédito e ampliação, cobertura e assistência técnica gerencial de qualidade para todos os municípios, além de facilitar o acesso ao crédito, à tecnologia, energia e conectividade no campo; formação de cooperativas e assegurar a disponibilidade de estruturas hídricas, de máquinas, equipamentos e insumos, aumentando a produção e a competitividade destas atividades econômicas com a criação de feiras e Ceasas;

5. Manter o fornecimento de água e esgoto por Empresa Pública, fortalecendo a qualidade dos serviços, impedindo qualquer privatização.

6. Elaborar soluções alternativas na gestão de resíduos sólidos, em parceria com os municípios, instituições de pesquisa, cooperativas, catadores e iniciativa privada, além de fortalecer a cadeia de reciclagem e restauração florestal;



7. Fortalecer as instâncias de participação, a fim de garantir a escuta ativa das demandas em todo o território e a participação social no processo de formulação, tomada de decisão e controle social;

8. Ampliar a divulgação nacional e internacional das potencialidades naturais, culturais e de recursos, de forma a aumentar os efeitos econômicos e sociais dos grandes investimentos privados;

9. Implementar uma política específica para a cultura popular e artesanato, com ênfase na capacitação dos artesãos fazedores de cultura, além de estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas através da inserção na grade curricular, para facilitar a inserção dos produtos artesanais e culturais no mercado, assim promovendo a valorização local, geração de renda e o desenvolvimento sustentável do setor.



PARTICIPA.MA.GOV.BR



ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO
M A R A N H ã O



GOVERNO DO
MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

